

A PONTE BINACIONAL E OS NOVOS ARRANJOS TERRITORIAIS: PERSPECTIVAS E DILEMAS DA COOPERAÇÃO FRANCO- BRASILEIRA (AMAPÁ)-GUIANA FRANCESA

The Bi-national Bridge and the New Territorial Arrangements: Perspectives and Dilemmas regarding the French-Brazilian Cooperation within the Amapá-French Guiana context

**Roni Mayer Lomba
Felipe Ribeiro Matos**

Universidade Federal do Amapá
Departamento de Ciências Humanas – Colegiado de Geografia
Rod. JK, KM-02 - Jardim Marco Zero - CEP 68.903-419 - Macapá - AP - Brasil
{ronimayer; felipe.ribmat}@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa discute o processo recente de consolidação da parceria político-econômica entre Brasil-França nas suas áreas delimitadas pelo Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. A fronteira vem apresentando constantes metamorfoses a partir da implantação da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque. Nesse sentido, buscou-se analisar: 1) o histórico das relações transfronteiriças desde o Contestado até a cooperação em 1996; 2) a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e algumas definições do que realmente seria um processo de integração; 3) os paradoxos, problemas e o contexto político-territorial no qual a ponte foi construída. Recorremos a bibliografias que discutem a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, a soberania territorial e relações econômicas bilaterais. Foram realizadas atividades a campo e consulta de documentos oficiais que regulamentam e traçam metas de cooperação entre ambos os territórios a fim de apontar algumas problemáticas, bem como as perspectivas da articulação. Constataram-se, por meio da análise crítica, as diferenças circunstanciais entre os envolvidos na dinâmica territorial da fronteira, além das assimetrias e contradições entre franceses e brasileiros na fronteira em decorrência da imigração ilegal, garimpo e atividades ilícitas.

Palavras-chave: Cooperação econômica. Fronteira. Arranjos territoriais.

ABSTRACT

The recent consolidation process of the political and economic partnership between Brazil and France at the Amapá-French Guiana border is discussed. The border has manifested constant modifications and shifts since the establishment of the Bi-national Bridge over the Oiapoque river. Current essay comprises the following items: 1) The history of cross-border relationships since the Contestado up to the 1996 cooperation; 2) the initiative for Regional Infrastructure Integration in South America (IIRSA) and some definitions on what the integration process would imply; 3) the paradoxes, problems and political-territorial context in which the bridge was built. Bibliographies on the French Guiana-Amapá border, territorial sovereignty and bilateral economic relations are discussed. Field-work and consultation in official documents that regulate and analyze cooperation targets between the two territories have been undertaken to point out issues and partnership prospects. Critical analyses has verified that the circumstantial differences between those involved in the border's territorial dynamics, disparities and contradictions between the French and the Brazilians on the border as a result of illegal immigration, mining and illegal activities have been revealed.

Keywords: Economic cooperation. Border. Territorial arrangements.

1 INTRODUÇÃO

No período pós-guerra, observa-se a disputa entre Estados Unidos e União

Soviética por zonas de influência para o fortalecimento dos respectivos blocos: capitalista e socialista. Nesse momento, os demais países começam a buscar

aproximação política com um dos dois blocos, estabelecendo parcerias que iriam contribuir para a superação de barreiras econômicas. Para Maciel (2009), nesta época já havia algumas reações contrárias à hegemonia desses países e à fragmentação do globo em zonas de influências, divididas em três grupos principais: 1) o grupo dos países que desejavam maior autonomia político-econômica; 2) o grupo dos países de economia mais frágil da África, Ásia e Europa, que exigiam a diminuição da influência americana e soviética para que houvesse um ambiente mais favorável para a promoção do desenvolvimento; 3) a América Latina, que, baseando-se nas teorias da Cepal, também exigia melhores condições para o crescimento econômico a partir da industrialização.

Na década de 1970, essas aproximações se intensificaram uma vez que houve a expansão das relações econômicas e a inserção em um mundo globalizado. O avanço tecnológico intensificou o intercâmbio de mercadorias e a circulação de pessoas e informações. Por isso, os processos de cooperação e integração regional são respostas aos desafios da mundialização do capital, na tentativa de superação das vulnerabilidades enfrentadas pelos países. A regionalização, por outro lado, se torna uma forma de proteção, ao mesmo tempo em que se converte em estratégia para a inserção dos países do bloco sul-americano no sistema econômico internacional (YAHN FILHO, 2009).

Por conseguinte, vislumbra-se um mundo cada vez mais caracterizado pela mundialização da economia capitalista, pelo intercâmbio cultural, cooperação transfronteiriça e integração regional. Deste modo, verifica-se a formação de diversos acordos de cooperação pelo mundo, gerando blocos econômicos como a União Europeia, o Mercosul, o Nafta, a APEC, entre outros, objetivando principalmente a criação de zonas de articulação de interações econômicas.

É neste contexto articulado e interdependente que emerge a necessidade de inserção de regiões historicamente

periféricas. Estas passam a entrar na agenda das políticas governamentais de superação das limitações físicas para aproveitamento de suas potencialidades e expansão das atividades econômicas. Assim, quando se analisa a cooperação entre as nações, verifica-se que as barreiras políticas serão flexibilizadas para viabilizar acordos e parcerias no âmbito institucional a fim de definir estratégias de colaboração que passem o campo da materialidade.

Neste contexto, um dos desafios ao se integrar regiões fronteiriças está justamente em superar diferenças pela implantação de redes materiais que facilitem a sua conexão e fluidez, trazendo impactos diretos no redimensionamento da dinâmica da fronteira. Nesse sentido, na América do Sul, a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) visa justamente superar os percalços da infraestrutura que impedem o desenvolvimento regional. Contudo, estes processos de articulações não são bem analisados e por vezes trazem consequências sérias para a localidade, as quais são ignoradas por quem elabora estes projetos.

A discussão apresentada nesse trabalho, portanto, analisa o projeto de ligação física no Platô das Guianas, a construção da ponte rodoviária transfronteiriça sobre o rio Oiapoque na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, que está nos planos de ação da IIRSA para a minimização das dificuldades de intercâmbio comercial decorrentes da precária infraestrutura rodoviária existente. Para compreender essa expansão comercial, faz-se necessário apontar a existência de problemas na fronteira, como migração ilegal e distorções socioeconômicas.

2 AMAPÁ E GUIANA FRANCESA: A HISTÓRIA DA FRONTEIRA E OS DILEMAS DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Durante parte do período colonial, o atual Estado do Amapá foi lugar em que predominaram diversas disputas territoriais, principalmente com a França, colonizadora

do atual Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. A delimitação desta fronteira ocorreu de forma litigiosa e tensa entre ambos os lados. Neste contexto, visando defender as terras dominadas, os portugueses desenvolveram:

[...] uma política visando à ocupação, defesa e exploração das terras recém-descobertas, com a finalidade de impedir a expansão do domínio dos ingleses, franceses e holandeses sobre as colônias ibéricas da América do Sul (PORTO, 2007, p. 105).

Estas disputas acenderam a região, que ficou conhecida como Contestado Franco-Brasileiro, uma área que correspondeu à faixa de terra compreendida entre o rio Oiapoque e o rio Araguari, alvo de disputas e negociações diplomáticas por meio de tratados e acordos durante mais de dois séculos que se acirraram, inclusive sob a forma de conflitos armados, na última década do século XIX após a descoberta de ouro na região de Calçoene (SANTOS, 2010).

A despeito das disputas históricas elencadas anteriormente e que perduraram por alguns séculos, a fronteira entre Amapá-Guiana Francesa passou por um longo período de estabilidade de intervenções. De fato, é possível compreender que no período “[...] entre 1900 e 1995 não existiam políticas territoriais entre Brasil e França com repercussão direta na fronteira, a não ser algumas poucas com o intuito de definir limites” (SILVA, 2010, p.80).

Deste modo, estabelecidos os limites e eliminado o clima de instabilidade política, na década de 1990, a fronteira Franco-Brasileira passa a ser pensada no sentido de cooperação. Nesse período, o governo do Amapá buscou a aproximação e a construção de acordos para a cooperação econômica, técnica e cultural junto à Guiana Francesa.

A viagem oficial do então governador do Amapá, Sr. João Alberto Capiberibe, a Caiena (novembro de 1995), depois de décadas de relativa indiferença, foi a primeira iniciativa na direção de encadear negociações

para estabelecer laços de cooperação com a Guiana Francesa. (MARTINS, 2008, p.96).

Tabela 1: Principais tratados e acordos do contestado Franco-Brasileiro

Ano	Acontecimento
1700	Tratado Provincial de 04 de março, que definia como neutra a área de conflito da capitania;
1701	ratificação do Tratado Provincial em 18 de julho, porém tornando-o mais rigoroso, pois determinava que até o final daquele ano as duas coroas (Portugal e França) deveriam coletar as provas necessárias para decidir a que soberania competia o direito de posse das terras;
1713	Tratado de Utrecht de 11 de abril que determinava que o rio Oiapoque fosse o limite entre as colônias de Portugal e França;
1797	anulação de todos os tratados por imposição e vontade de Napoleão Bonaparte, que determinou o limite das terras o rio Calçoene;
1801	Tratado de Bandajoz de 06 de junho, que determinava que o limite agora fosse pelo rio Araguari desde a sua foz até a nascente;
1841	nova neutralização do contestado;
1900	laudo suíço em 1º de dezembro, que acolheu os argumentos, da agora nação brasileira, confirmando o Tratado de Utrecht, que já definia o rio Oiapoque como limite da fronteira.

Fonte: Morais, *et.al.*, 2003; Santos, 1994.

Organização: Matos, 2012.

A aproximação incentivada pelo Estado era inserir o Amapá na economia do Platô das Guianas, interligando este território aos países do Norte da América do Sul (Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela). O objetivo era buscar novas possibilidades para o desenvolvimento amapaense, reduzindo as disparidades internas e sua condição de Estado periférico.

[...] identifica-se certa modificação na concepção da fronteira Amapá/Guiana Francesa; já que houve uma transição da fronteira como divisão de soberanias, para de fronteira como espaço potencial a romper com discontinuidades impostas por limites políticos e facilitar a integração, gerando maiores oportunidades econômicas (MARTINS, 2008, p.97).

De fato, por se tratar de uma fronteira internacional, necessitando da intervenção da política federal para qualquer parceria, em 1996, foi celebrado, em Paris, o Acordo de Cooperação entre Brasil e França. Desta maneira,

Essa medida abriu um rol de oportunidades de cooperação não vista antes, pois seus artigos elencaram elementos importantes que favoreceriam as políticas de cooperação entre as nações. O acordo, como instrumento jurídico, forneceu um leque institucional amplo, que, além de estreitar os vínculos entre aquelas nações e mercados regionais, contemplou diversas modalidades de cooperação [...] (SILVA; RÜCKERT 2009, p.12)

Este acordo foi promulgado em 1997, estabelecendo que Brasil e França irão “[...] favorecer os contatos políticos em diversos níveis, bem como reforçarão o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, agora com incidência direta sobre o contexto da fronteira” (SILVA, 2008, p.76-77). Por isso, verifica-se que entre os anos 1998 e 2001 foram intensificadas as aproximações, por meio de reuniões em Brasília e Paris, de comissões técnico-científicas para discutir essa cooperação, com destaque para o papel desempenhado pelo poder público local em reforçar as parcerias.

Assim, em abril de 2002, foi assinado um acordo que prevê a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, com vista à interligação física entre o Amapá e a Guiana Francesa. Deste modo, desejando favorecer as condições para o desenvolvimento em ambos os lados da fronteira, o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, junto com o primeiro-Ministro francês, Jacques Chirac, deu início ao exame de questões referentes à construção e operação da ponte para ligar os territórios brasileiro e francês, por meio de suas respectivas autoridades locais (BRASIL, 2002).

Já em 2007, pelo Decreto nº 6.250 de 06 de novembro, foi definido que a construção seria custeada pelos países envolvidos, sendo que o Brasil se

responsabilizaria pelo gerenciamento da execução da obra e de suas instalações. Neste acordo, o governo brasileiro realizaria o início das obras e, conforme fossem avançando, apresentaria os devidos documentos fiscais das despesas para o reembolso dos valores relativos à parte francesa.

Por meio do acordo, definiu-se que a ponte seria construída sobre o rio Oiapoque e que teria uma altura navegável de no mínimo 15 m acima do nível do rio em maré cheia, e suportaria uma rodovia de mão dupla com duas pistas de, no mínimo, 3,50 m cada e uma pista mista para ciclistas/pedestres, de 3 m de largura, separada da via central por uma barreira física sobre uma base de 12,90 m de largura (BRASIL, 2007).

Neste contexto, em julho de 2009, inicia-se a construção da referida ponte. A obra sofreu diversos atrasos por problemas referentes à liberação ambiental da área, descobertas arqueológicas durante a fundação das colunas de sustentação e dificuldades no fornecimento de materiais necessários para seu término pelas más condições de acesso rodoviário na região. Os investimentos estimados para a construção da obra supracitada foram de R\$ 54,7 milhões, viabilizados pelos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal Brasileiro (PAC-1). Com a finalização do projeto, ela se tornará um importante elo de novas interações, pois segundo Silva,

A ponte binacional sobre o rio Oiapoque relaciona-se, na escala internacional, a processos contemporâneos de diminuição de descontinuidades geográficas para facilitar a fluidez (principalmente econômica), num ambiente de algumas interfaces entre Estados Nacionais, onde a fronteira de contenção, discriminante ou protetora contra invasões, perde sua lógica, com vistas a uma maior dinâmica da globalização de mercados, em que blocos regionais são, direta ou indiretamente, aproximados (Mercosul e União Europeia) (SILVA, 2011, p.46).

A construção da ponte binacional faz parte das ações da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

(IIRSA). Trata-se de uma articulação entre as nações da América do Sul no sentido de ampliar suas relações comerciais e aproveitar suas potencialidades naturais.



Foto 1: Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque
Fonte: Matos, 2011.

3 O PAPEL DA IIRSA

As perspectivas de aproximação dos Estados nacionais, na América do Sul, tiveram implicações na forma como as fronteiras são entendidas, tornando-as agora estratégicas para o desenvolvimento regional, como se pode ratificar:

A formação dos mercados ou blocos transnacionais estimulou também uma mudança de perspectiva geográfica sobre a faixa de fronteira, de zona periférica ou marginal a cada um dos estados nacionais para uma posição geográfica central nos processos de integração regional sul-americano (MACHADO, 2009, p.06).

A construção política de blocos econômicos permite a cooperação econômica cada vez mais ampla entre os países-membros. Nesse processo de articulação, é necessário ultrapassar os gargalos em termos da infraestrutura física que se apresentam. Assim, para tratar de questões logísticas da América do Sul, foi criada a IIRSA, para o estudo e projetos que visem promover e implantar o aprimoramento das condições das infraestruturas, permitindo melhor fluidez transfronteiriça.

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque está inserida nesse amplo projeto de estruturação rodoviária que prevê a pavimentação da rodovia BR-156 no trecho que interliga a capital do Estado, Macapá,

passando por Santana (cidade vizinha à Macapá, que abriga um dos portos de maior capacidade da região Norte, com calado que permite a ancoragem de navios de grande porte), até a cidade do extremo Norte do Estado, Oiapoque, no limite com a Guiana Francesa. Tal país, por sua vez, possui interligações rodoviárias com outros países do Norte da América do Sul, fato que possibilitaria um intercâmbio comercial mais efetivo do Brasil com a Guiana, Suriname e Venezuela.

A proposta da IIRSA nasceu na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, de 31 de agosto a 1º de setembro de 2000. No evento, foi acordado que os 12 líderes sul-americanos se empenhariam em tomar medidas conjuntas para impulsionar o processo de desenvolvimento político, social e econômico da América do Sul.

O objetivo desta reunião foi amplo, pois visa a incentivar a organização da convivência sul-americana e apoiar a criação de um espaço único de democracia, paz, cooperação, solidariedade, integração, bem como compartilhar o desenvolvimento social e econômico (IIRSA, 2011, p.15, *trad. nossa*).

O plano contém sugestões e propostas para ampliar e modernizar a infraestrutura física da América do Sul nas áreas de transporte, energia e comunicações, com base no referido documento (IIRSA, 2011). Este projeto tem também como meta a modernização da infraestrutura regional e as ações específicas para incentivar a integração e desenvolvimento de sub-regiões isoladas, com foco na promoção do desenvolvimento das rodovias, ampliação da energia elétrica e redes de comunicações de forma sustentável e equivalente, pela integração física dos países sul-americanos (IIRSA, 2010).

Por conseguinte, o plano de ação da IIRSA foi estruturado a partir da definição de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento: Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e

Venezuela); Andino do Sul (faixa de território a Sudoeste do continente que abarca parte da Argentina e Chile); Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai); Interoceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru); Escudo das Guianas (Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela). Mercosul Chile (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil); Hidrovia Paraguai-Paraná (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) e Sul (Argentina e Chile Hidrovia Paraguai - Paraná;).

Percebe-se que a criação desta proposta é uma resposta a menos três principais questões apontadas pela IIRSA. Primeiro, a criação de um amplo acordo na região sobre a necessidade de manter e expandir a dinâmica inter-regional do crescimento do mercado da América do Sul e conseguir melhor competitividade no mercado global. Segundo, a existência de um *déficit* crescente em infraestrutura, pela redução do investimento público realizado em décadas anteriores. E terceiro, a necessidade de se estender às facilidades de financiamento para a realização de tais obras, além de desenvolver novos mecanismos que permitem aumentar o fluxo de financiamento público e privado para projetos dessa natureza.

A visão da infraestrutura como elemento-chave de integração, baseia-se na noção de que o desenvolvimento do transporte, da energia e das comunicações pode gerar o impulso decisivo para a superação das barreiras geográficas, além da aproximação dos mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas. Entende-se que para corroborar a integração física regional também é necessário um processo logístico eficiente para a facilitação do comércio e dos investimentos (IIRSA, 2011).

Para Vitte (2009), a IIRSA aborda a questão da infraestrutura de uma forma pioneira no continente sul-americano, trazendo na agenda discussões políticas voltadas agora para a integração física/territorial dos países. Este fato torna-se uma novidade após décadas de tentativas de desenvolvimento pontuais e, praticamente, sem a cooperação transfronteiriça entre os países.

A IIRSA foi criada com o desafio inicial de construir uma agenda complexa que exigia e estabelecia o consenso entre os governos para aplicar as decisões aos espaços institucionais que são específicos para cada país e, ao mesmo tempo, promover um desenvolvimento territorial

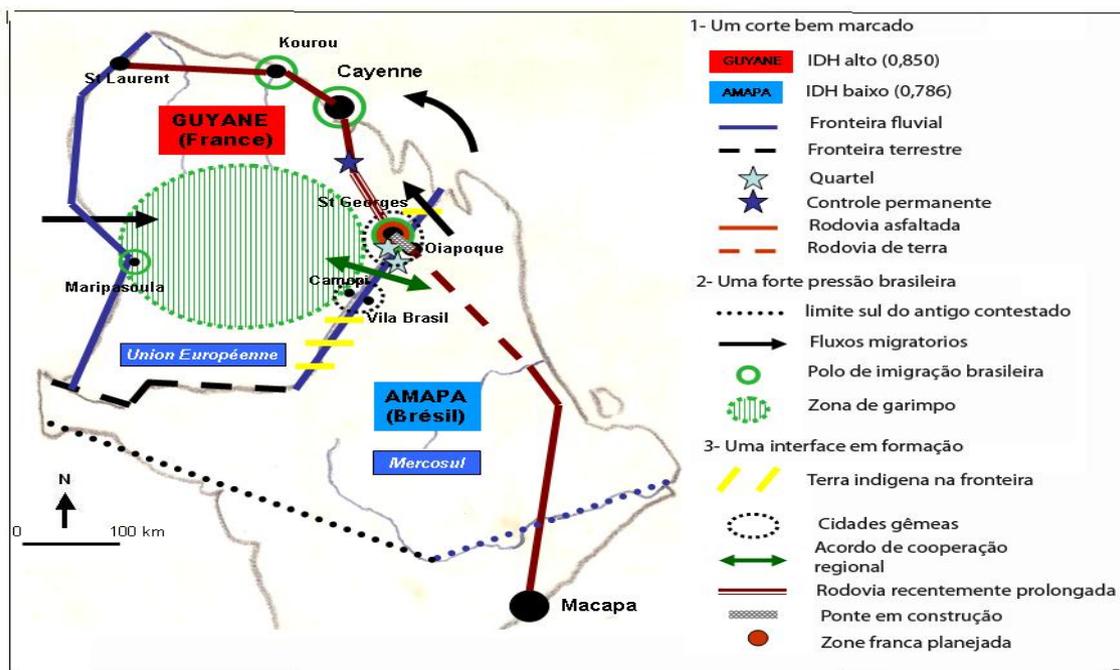


Figura 2: Dinâmica da fronteira Amapá e Guiana Francesa

Fonte: Granger, 2008, Org: Matos, 2012

sustentável em termos econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais. De acordo com a IIRSA (2011), o objetivo é adotar medidas que possibilitem o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida das pessoas conectando algumas áreas de difícil acesso do continente, além de oferecer as condições para ampliação do intercâmbio comercial, inter-regional e global.

4 OS IMPACTOS DA COOPERAÇÃO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Na realidade, a cooperação e interdependência das nações que caracteriza os tempos atuais têm seus reflexos na fronteira Franco-Brasileira. Ela tem como fundamento a cooperação transfronteiriça, na qual a ação político-diplomática visa impulsionar o desenvolvimento local e estreitar as relações bilaterais Brasil-França. É possível perceber:

Em termos epistemológicos, o estudo da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa tem muito a indicar do reordenamento territorial motivado pela introdução, no campo político brasileiro, de um conjunto de idéias originadas numa visão geoeconômica dos espaços. [...] A visão geoeconômica cartografa os espaços segundo uma lógica norteadas por interesses gerados na transnacionalização dos mercados e na ampliação da competição no campo econômico mundial; dessa forma, faz parte das estratégias desenvolvidas pelos Estados nacionais para enfrentar as provocações imperativas da globalização (MARTINS, 2008, p.95-96).

Percebe-se que os interesses brasileiros em regiões estratégicas, especialmente aquelas localizadas em fronteiras, derivam de um contexto econômico cada vez mais mundializado, no qual o intercâmbio, tanto econômico quanto cultural, exige a implantação de infraestruturas como rodovias que conectam territórios e criam novas

possibilidades de cooperação e interações socioespaciais.

Por outro lado, essa cooperação materializada pela ponte é um fato a ser analisado, pois sua inserção possibilitará uma nova dinâmica para a fronteira. Nesse sentido, tal equipamento insere-se em um contexto político de investimentos em infraestrutura promovidos pelo Estado brasileiro como possibilidade de cooperação econômica mais ampla com a França, podendo ampliar a articulação do Brasil com a União Europeia. Na verdade, o que se espera com a efetivação da ponte é a expansão das interações bilaterais, trazendo um novo contexto de desenvolvimento transfronteiriço para ambos os territórios, mas principalmente para o contexto da fronteira, envolvida diretamente neste processo de articulação.

Entretanto, há várias relações conflituosas que precisam ser analisadas neste processo de articulação. A Guiana Francesa, nas últimas décadas, tem recebido imigrantes ilegais de origem brasileira que buscam oportunidades de trabalho e melhorias nos padrões de vida. Estes trabalhadores, geralmente, ocupam ofícios da construção civil, vivendo, não raro, em condições precárias. A existência de atividades ilícitas como a prostituição infantil, garimpo ilegal de brasileiros no território francês e tráfico de armas e drogas ampliam as relações litigiosas entre os lados. Assim, há algumas assimetrias e contradições entre franceses e brasileiros na fronteira que promovem uma relação conflituosa de origem xenofóbica, especialmente por parte dos franceses, que poderiam transformar a parceria numa relação ainda mais difícil:

Apesar dos muitos interesses que unem brasileiros e franceses na fronteira do extremo norte brasileiro, as diferenças culturais e econômicas são perceptíveis. A própria forma como o governo francês controla a entrada e saída de pessoas em seu território é bem diferente do que ocorre do lado brasileiro. Enquanto a margem pobre implora pela presença de franceses para

gastar seus euros com mulheres, bebidas e mercadorias, a outra margem tem que conviver com a presença incômoda de brasileiros diariamente em Saint-Georges [...] Por esse motivo, as gentilezas estão cada vez mais raras por parte da polícia francesa e até mesmo pela população local (PINTO 2008, p.96).

Mesmo com essa condição de instabilidade, as relações bilaterais entre Brasil e França já abriram os caminhos legais para o estreitamento da cooperação. O primeiro passo já foi consumado por meio de acordos firmados entre as instâncias maiores dos dois países. Todavia, na escala local da fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, a complexidade dos fenômenos caminham para a divergência, principalmente relacionada às diferenças consubstanciais no que se refere à economia, e o histórico de desentendimento, conforme relatado anteriormente. Na realidade, ainda são embrionários os reflexos dessa cooperação, principalmente no tocante à aplicação dos benefícios para além dos discursos e dos acordos de cooperação transfronteiriça.

Quando se observa a cooperação entre Brasil e França, na fronteira Amapá-Guiana Francesa, percebe-se que pelo menos em termos institucionais de acordos, há certo avanço. Além da Ponte Binacional que é uma materialização dessas parcerias, os avanços vão desde os acordos de 1996, como o intercâmbio linguístico após a inauguração em 1999 do Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand (CLCFDM) em Macapá, para promover o ensino de Língua Francesa.

Segundo a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), já existem os seguintes projetos para cooperação com a Guiana Francesa:

a) Journée Pays: é um projeto de intercâmbio, de conhecimento entre empresários da Guiana Francesa e o Estado do Amapá, a envolver o ramo da pesca, construção civil e indústria madeireira, cujo objetivo é o investimento nestes mercados pelo enfoque nas potencialidades das duas

regiões, para que haja cooperação entre ambas;

- b) Portal Internet de Cooperação Guiana-Amapá Interreg III: programa que visa à constituição de uma base de acordo e trocas de negócios entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, com informações relativas às legislações e às regulamentações das áreas protegidas, da exploração da floresta, pesca, atividade mineral e da biopirataria, bem como informações sobre o domínio econômico, cultural, esportivo e tecnológico;
- c) Projetos de Saúde: termo assinado, que busca parceria e intercâmbio entre o Instituto Pasteur da Guiana Francesa e o Hospital de Oiapoque no Estado do Amapá, além do intercâmbio de formação de profissionais que atuem na saúde indígena, além de combate às DST's;
- d) Projetos de Intercâmbio Educacional, Profissional, Científico e Tecnológico: há projetos de cooperação que incentivam o esporte, a biodiversidade, a leitura, os cursos de línguas e culturas estrangeiras, programas pedagógicos para formação de professores, congressos, investimento em tecnologia para ampliar o desenvolvimento, entre outros.

Entretanto, quando se observa a realidade da fronteira Franco-Brasileira, verifica-se que este olhar social parece ser pouco importante nas políticas públicas, na medida em que as problemáticas transfronteiriças se apresentam como um obstáculo para alcançar uma verdadeira integração. A imigração ilegal, condições de vida precária de brasileiros em solo guianense, infraestruturas ruins, etc, fazem com que se tenha um contexto paradoxal entre as promessas das políticas de parcerias e a realidade social da fronteira.

O caso dos catraieiros que realizam o transporte de pessoas do lado amapaense para a Guiana e vice-versa é um exemplo. Trata-se de trabalhadores que há décadas realizam tal função, mas, com a inauguração da ponte, seus atuais ofícios

serão extintos. Portanto, eles cobram medidas compensatórias do Estado no sentido de lhes buscar alternativas de trabalho e até indenização financeira para minimizar os danos econômicos. É um exemplo, portanto, do clima tenso na região e que por vezes gera conflitos.

Recentemente, o controle de acesso na Guiana Francesa tem produzido forte policiamento e as abordagens realizadas contra imigrantes ilegais nos limites do território guianense tornam esse perímetro rigoroso em relação ao controle social, econômico e político-territorial. Na realidade,

O que hoje se (re) conhece como a atual condição fronteiriça amapaense, portanto, seria resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a própria realidade local-regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas (PORTO, 2010, p.151).

Desta maneira, ao se pensar o processo de cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa, acredita-se que o foco deva ser um processo de integração, pois ela inclui tudo que envolve concepções de ordem política e socioeconômica. Assim, o olhar não deve ser somente o econômico, pois as questões sociais devem ser pensadas amplamente como um dos elementos fundamentais para que haja expansão de interações mais inclusivas e justas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com um passado semelhante, sendo antigas colônias, as políticas e interesses desenvolvidos no Amapá e na Guiana Francesa tomaram rumos diferenciados. Desde a independência do Brasil, o território que hoje compreende o Amapá apresenta um quadro de dificuldades no seu desenvolvimento, dependente especialmente de recursos da União ou de atividades primárias como a mineração. Por outro lado, a Guiana Francesa permaneceu ligada à metrópole francesa, com o *status*

jurídico de Departamento Ultramarino, alcançando patamar econômico diferenciado de seus vizinhos pelos recursos enviados pela sede francesa.

Somente nos últimos anos tem-se pensado o estreitamento das relações bilaterais de desenvolvimento que ultrapasse a tradição litigiosa sobre os limites de fronteiras, intercâmbio ainda estremecido em decorrência da migração ilegal, prostituição, tráfico de entorpecentes e garimpo ilegal por brasileiros em território francês, entre outros problemas. Tais evidências transformaram-se em características socioeconômicas da sociedade local. Com a construção da ponte, em conjunto com a ampliação das parcerias no contexto transfronteiriço, existe o temor de que se intensifiquem as tentativas de fluxos ilegais de imigrantes e, por conseguinte, o aumento da repressão e conflitos na área de fronteira.

Temos aqui, portanto, um contexto paradoxal na região transfronteiriça entre as escalas, com características particulares: a realidade local, nacional e internacional. Neste primeiro aspecto, temos o convívio entre a legalidade e a ilegalidade, que nem sempre tem desfecho de conciliação. Os problemas da mobilidade clandestina e garimpagem, além da precariedade em termos de infraestrutura, principalmente pelo lado amapaense, engessam esta cooperação e benefícios tão exaltados pelas autoridades.

Na escala nacional e internacional, discutem-se os benefícios e os avanços na cooperação França-Brasil, com uma conexão voltada ao que a ponte possa representar no campo simbólico da aproximação entre os países. Percebe-se amplo investimento em logística, ao mesmo tempo em que há pouca preocupação com os impactos sociais que tais projetos podem causar. Portanto, a parceria se estabelece no âmbito político e econômico, mas no que tange às melhorias para a população que diretamente convive na fronteira há pouco investimento.

Assim, nesta pesquisa identificamos que as perspectivas para os intercâmbios sociais, culturais e econômicos que estão na

pauta de debates acerca da ponte binacional, estão condicionadas a esses principais aspectos: 1) melhoria das vias de comunicação; 2) estruturação urbana das cidades fronteiriças; 3) implantação de políticas e acordos que facilitem a circulação de mercadorias e pessoas pela ponte binacional; 4) expansão do fornecimento de energia elétrica que permita o desenvolvimento crescente dos setores da economia; 5) fortalecimento das empresas locais e incentivo à implantação de outras novas que possam desenvolver atividades econômicas de alto valor agregado; 6) redução das barreiras administrativas para que a reciprocidade possa existir efetivamente.

Durante a pesquisa foram evidenciadas diversas manifestações contrárias à construção da ponte, por exemplo, a atividade dos catraieiros, proprietários de barcos que fazem o transporte de turistas, entre outras pessoas, atravessando o rio. Na prática, tal atividade desaparecerá no momento da inauguração da ponte. Isso é um fato que demonstra que, se por um lado os acordos políticos se encontram avançados, por outro, os impactos destes ainda merecem e necessitam de melhores análises.

Essa pesquisa, no entanto é um pequeno esforço na promoção de um amplo debate acerca do projeto de integração que envolve diversos interesses.

Esperamos que este trabalho venha contribuir para a reflexão sobre a importância da cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa e sobre a relação das políticas externas, mas, principalmente, sobre os impactos que as ações do Estado causam nesse território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Divisão de Atos Internacionais. **Acordo Sobre o Projeto de Construção de uma Ponte Sobre o Rio Oiapoque**. Brasília: Diário Oficial da União nº 178, 2002. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_168_4818.htm. Acesso em: 31/11/2010.

BRASIL. Leis e Decretos. **Decreto nº 6.250 de 6 de Novembro de 2007**.

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa. Brasília: Presidência da República Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6250.htm. Acesso em: 31/11/2010.

GRANGER, S. Guiana Francesa, um Território Europeu e caribenho no caminho da Sul-Americanização. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 156-168, 2008.

IIRSA. **IIRSA 10 años después: Sus logros y desafíos**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011.

_____. **Carteira de Projetos IIRSA 2010**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011. Disponível em: www.iirsa.org/proyectos. Acesso em: 27 Sete. 2011

MACIEL, T. M. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto-e-vírgula**, v. 5, p. 215-229, 2009.

MACHADO, L. O. Integração na Faixa de Fronteira. **Revista Espaço Regional**, Brasília, v. 4, p. 6-8, 2009.

MARTINS, C. C. **Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá /Guiana Francesa no contexto global**. 162f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2008.

MORAIS, P. D.; ROSÁRIO, I. S.; MORAIS, J. D. **O Amapá na Mira Estrangeira: dos primórdios ao laudo suíço**. Macapá: JM Editora Gráfica, 102p. 2003.

PINTO, M. J.S. **O Fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. 274f. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará,

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA.

PORTO, J. L. R. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. *In*: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Macapá: [s.n.], 2010.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais-1943 a 2000**. 2. ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

SANTOS, E. R. C.. Grandes Projetos Amazônicos e configuração Geográfica do Amapá. *In*: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Macapá: [s.n.], 2010.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. Macapá-AP: Valcan, 1994.

SILVA, G. V.. Interações Espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR): uso político do território e cooperação transfronteiriça. *In*: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Macapá: [s.n.], 2010.

SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A. A Fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). **Confins**, v. 1, p. 5, 2009.

SILVA, G. V. **Usos Contemporâneos da Fronteira Franco Brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, G. V. **Observatório para o empreendedorismo sustentável e integração bilateral entre Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França)**. Macapá: Banco da Amazônia, 2011.

VITTE, C. C. S.. Desenvolvimento, planejamento Territorial e Integração

Transnacional: os antecedentes, a gênese e a consolidação da Iniciativa de integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. *In*: ARAGÓN, L. E.; OLIVEIRA, J. A.(Org.). **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

YAHN FILHO, Armando Galho. Integração regional e governos subnacionais: a construção de uma Agenda para o Foro Consultivo de Municípios, Estados federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. **Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia** Santo Andre, n.1, p. 7, 2009.

Data de submissão: 23.05.2012

Data de aceite: 19.07.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

